

# POLÍTICAS INDIGENISTAS

CONTRIBUIÇÕES PARA AFIRMAÇÃO  
E DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS

ROSA MARIA CASTILHOS FERNANDES  
ANGÉLICA DOMINGOS - KAINGANG

ORGANIZADORAS





// CEGOV - TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA //

# POLÍTICAS INDIGENISTAS

**CONTRIBUIÇÕES PARA AFIRMAÇÃO  
E DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS**

ROSA MARIA CASTILHOS FERNANDES  
ANGÉLICA DOMINGOS - KAINGANG

ORGANIZADORAS



© do autor  
1ª edição: 2020

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul

**Coleção CEGOV**  
**Transformando a**  
**Administração Pública**

Revisão de Português:  
Marco Antonio Kloss

Projeto Gráfico: Heitor Jardim

Capa: Heitor Jardim

Apoio: Reitoria UFRGS  
e Editora UFRGS

Os materiais publicados na  
Coleção CEGOV Transformando  
a Administração Pública são  
de exclusiva responsabilidade  
dos autores. É permitida a  
reprodução parcial e total dos  
trabalhos, desde que citada a fonte.

**Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e  
Políticas Sociais da UFRGS**

**Coordenadora**

Prof<sup>fa</sup> Dr<sup>a</sup> Rosa Maria Castilhos Fernandes

**Pesquisadoras Colaboradoras**

Prof<sup>fa</sup> Dr<sup>a</sup> Loiva Mara de Oliveira Machado -  
Professora no Departamento de Serviço Social da  
UFRGS e prof<sup>fa</sup> colaboradora no GPETPS

Jéssica Degrandi Soares - Assistente Social  
e Mestre em Política Social e Serviço Social  
- UFRGS, bolsista CAPES (2016-2018) e  
Doutoranda no PPGSS - PUCRS.

Michele Mendonça Rodrigues - Assistente Social  
e Mestre em Política Social e Serviço Social

Patrícia Pereira Lopes, Assistente Social e  
Residente em Saúde Mental (UFRGS)

**Mestrandas do PPGSSS-UFRGS**

Angélica Domingos Kaingang

Bruna Ferreira Corrêa

Mariana Martins Maciel

Tassiane Lemos Pacheco

**Alunas da Graduação em Serviço Social**

Ana Gabriela Brock - Bolsista de Iniciação  
Científica Voluntária

Aline Domingos - Bolsista de Iniciação Científica  
Voluntária

Moara Laís Palmeira Johann - Bolsista de  
Iniciação Científica



---

P769 Políticas Indígenistas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas  
[recurso eletrônico] / Rosa Maria Castilhos Fernandes [e] Angélica Domingos. Porto  
Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020.  
197 p. : pdf

(CEGOV Transformando a Administração Pública)

1. Política indígenista. 2. Direitos indígenas. 3. Violação. 4. Resistência. 5. Educação.  
I. Fernandes, Rosa Maria Castilhos. II. Domingos, Angélica. III. Série.

CDU 342.724

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-029-7

# APRESENTAÇÃO

Esta obra é um encontro. Encontro da diferença e de uma escolha consciente. Da oralidade e da escrita. Da invisibilidade e do lugar de fala. Do privilégio epistêmico e da visibilidade de outras experiências de conhecimento. Da curiosidade com a inquietação indagadora. De indígenas e não indígenas. Enfim, de aproximação de uma indígena Kaingang e uma professora não indígena branca (*fóg*), que, em território acadêmico, iniciam um diálogo que vai culminar no desejo de partilhar suas aprendizagens e de organizar esta obra. Fomos atraídas pelas nossas diferenças. A escuta é nosso guia. A oralidade indígena nos desafia. Ambas assistentes sociais, comprometidas com a construção de uma nova ordem social, de outro lugar para viver que não este imposto pela lógica do capital, da ganância e das opressões cotidianas que devastam a natureza e, portanto, a nós mesmos.

Há algo que nos mobiliza: a necessária resistência neste tempo vivido de ataques que vêm demarcando a liberdade dos povos. E aqui, referimo-nos aos povos indígenas deste país. Décadas e mais décadas de uma história de violações e de desrespeito às diferentes formas de viver e de ser dos povos originários, que se expressam conforme suas etnias, suas línguas, suas crenças, suas tradições, seus modos, que os distinguem entre si e que, em meio às suas vivências, proferem diferentes expressões da questão social.

Não são poucas as informações que visualizamos na mídia, tanto nos meios de comunicação de massa ou alternativos, nos resultados das pesquisas realizadas por pesquisadores indígenas e não indígenas, quanto por meio das narrativas trazidas pelos/as estudantes indígenas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pelas suas lideranças sobre o anti-indigenismo vigente no cenário atual. As práticas de violações aos povos indígenas fazem parte da história brasileira, emergem das contradições do próprio Estado, da estrutura da sociedade, dos processos colonizadores, do esbulho e das tentativas de opressão e desorganização dos modos de ser e viver da sociedade indígena, entre outras situações sócio-históricas. Mas o contrário também é verdadeiro: existem os movimentos e as resistências históricas e peculiares à sobrevivência e (re)existência desses povos!

Por isso, interessa-nos dar visibilidade às múltiplas manifestações da questão social vivenciadas por essa população, sejam os ataques e violações que sofrem, sejam suas mobilizações sociais e os movimentos que realizam e que se espalham pelo Brasil afora, fazendo com que diferentes etnias se unam e dialoguem numa única luta contra-hegemônica, dando sentido às suas experiências enquanto povos originários.

As transformações da sociedade brasileira, no que tange aos campos social, político, cultural e ambiental, em especial, as que se destacam de 2016 para cá, resultam na descaracterização de um conjunto de legislações protetivas, como, por exemplo, a seguridade social como direito da população. Além disso, os ataques constantes aos processos democráticos, a solidificação do racismo estrutural, a falta de orçamento público para o atendimento das necessidades sociais da população, o desmatamento e os incêndios

de imensos territórios, o estímulo à especulação imobiliária, à mineração, à grilagem, o negacionismo da ciência e dos saberes populares e o acirramento da desigualdade social neste país são algumas das múltiplas situações que vêm incidindo nas condições de vida da maioria da população brasileira. Sabemos que dessa população fazem parte os trabalhadores e as trabalhadoras, mas também os grupos invisibilizados historicamente, como os povos originários, os negros e as negras, os quilombolas, os ribeirinhos, entre outros, cujas condições objetivas e subjetivas de vida dificultam a visibilidade de suas produções e o reconhecimento de suas necessidades sociais como sujeitos políticos afetados pelo capitalismo patriarcal e pelos conservadores de plantão. Krenak, ao ser indagado “*Como os índios vão fazer diante disso tudo?*”, falou: “*Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como vão fazer para escapar dessa*”.<sup>1</sup>

Assim, é sobre isto que tratamos nesta obra, sobre as violações dos direitos indígenas e das suas resistências. São muitos os desafios dos povos indígenas de diferentes etnias no Brasil, e a constante afirmação dos seus direitos na sociedade diante das constantes disputas políticas e judiciais é um deles. Apesar de o processo de democratização, a partir da Constituição Federal de 1988, ter estabelecido um novo paradigma sobre os direitos dos povos originários do Brasil, a concretização da ruptura tutelar, integracionista e a negação dos modos de vida e hábitos dos indígenas ainda é um processo em curso que requer a ampliação do diálogo sobre essa temática.

---

1 Trecho retirado do livro *Ideias para Adiar o Fim do Mundo* de Ailton Krenak (2020, p.31).

Esse cenário nos convoca a pensar o quanto ainda se faz necessário deflagrar esse debate na sociedade e nas Universidades, trazendo para seus conteúdos, em diferentes áreas do conhecimento, as pautas indígenas, como, por exemplo, as políticas indigenistas, que estão inseridas nas políticas de proteção social, como na Saúde, na Assistência Social, na Educação, na Previdência Social, assim como o que diz respeito ao direito originário: *Território Indígena*.

Para que pudéssemos concretizar esse *sonho* da escrita coletiva, o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), constituiu-se na ponte da estrutura acadêmica, inserindo, na pauta das suas publicações, a *questão indígena*; e o Programa de Pós-Graduação de Política Social e Serviço Social da UFRGS protagoniza essa discussão, transformando os resultados de estudos e pesquisas em curso em reflexões críticas, que não só contribuem para a produção de conhecimentos no âmbito do Serviço Social, mas também para a afirmação da questão indígena no campo das políticas sociais públicas.

A travessia para a escrita coletiva contou, fundamentalmente, com a ancestralidade, com os conhecimentos originários e com a oralidade e a criatividade de sujeitos políticos, pesquisadores e pesquisadoras, indígenas e não indígenas, que aceitaram o desafio dessa mobilização e que fazem parte da Região Sul do nosso país. Além disso, não podemos deixar de citar a pandemia da Covid-19, que se instaurou no cenário mundial, deflagrando uma crise sanitária e agravando as desigualdades sociais existentes nos países periféricos e, conseqüentemente, nas condições de vida da população e, nesse caso, dos/as indígenas. Contudo, os autores e autoras desta obra não mediram esforços para que, mesmo diante das dificuldades, o *tempo para escrita* fosse respeitado. Superaram as adversidades da distância e

das precárias condições de acesso às redes virtuais, por entenderem a relevância dessa construção em tempos tão difíceis, mas, certamente, tempos de resistência e de organizações coletivas. Não haveria toda essa mobilização se os 24 autores e autoras não indagassem criticamente e de forma curiosa a realidade brasileira e, em especial, a realidade vivida pelos povos indígenas. Como nos dizia Paulo Freire (2002, p. 35), *“não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos.”*

Pois, então, este é o nosso feito: a obra intitulada **POLÍTICAS INDIGENISTAS: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas**. Dividimos esta publicação em duas partes. Na primeira, trazemos os resultados de estudos, pesquisas e reflexões que se tecem no Coletivo de Pesquisa Educação, Trabalho e Políticas Sociais do PPGPSSS da UFRGS, no qual estão inseridas as autoras dos quatro capítulos dessa parte, mestranda indígena e mestrandas não indígenas, bolsistas graduandas do Curso de Serviço Social e demais pesquisadoras, que fizeram uma fecunda e respeitosa imersão nos estudos para a apreensão da questão indígena e das respectivas políticas indigenistas do Brasil.

O primeiro capítulo, intitulado **“Questão Indígena, Violações e Resistências: os caminhos de uma investigação”**, trata das reflexões teóricas sobre a compreensão da questão indígena que subsidiaram a caminhada metodológica de uma pesquisa documental e de natureza qualitativa, que teve como objetivo geral, analisar as lutas sociais dos povos indígenas em defesa dos territórios e das políticas indigenistas no Brasil no período de 2016 a 2019, enquanto manifestações da questão social, para afirmação e socialização dos direitos indígenas na comunidade acadêmica.

Para fins de socialização de parte dos resultados da investigação, as autoras trazem as notícias e suas análises com relação às temáticas *Saúde, Previdência Social, Assistência Social* e a categoria emergente *outros*, que corresponde às notícias sobre as temáticas *cultura e arte, direitos indígenas, genocídio, internacionais, mulheres indígenas e representação política*. As autoras apontam que a resistência indígena está na raiz profunda da ancestralidade, pois não há notícia de violação de direitos em que não se tenha identificado também, uma notícia de resistência e denúncia do coletivo indígena.

**“Território, Territorializações e Entrelaços a Questão Ambiental: reflexões e fragmentos de uma pesquisa”** é o segundo capítulo. Destaca o direito originário ao território indígena e a relação das etnias com a natureza, com suas parentelas e mobilidades como forma de reterritorialização. As reflexões são resultado de experiências vividas e de caminhadas investigativas de uma assistente social, mestranda Kaingang do PPG de Política Social e Serviço Social, assim como de estudos coordenados por sua orientadora não indígena (fóg). Situam as compreensões, teóricas e práticas sobre território, territorialidades e a interlocução com a questão ambiental como inseparáveis. Para reforçar a discussão, socializam parte dos resultados da pesquisa documental já apresentada no capítulo I desta obra, trazendo as notícias analisadas sobre as categorias que emergem do estudo, a saber: *território indígena e questão ambiental*.

No terceiro capítulo, **“Proteção Social aos Povos Indígenas: avanços e ameaças no Estado Brasileiro”**, as autoras socializam parte da revisão teórica de estudos que vêm sendo realizados por uma geógrafa e sua orientadora, no âmbito do mestrado de Política Social e Serviço Social da UFRGS, sobre o significado das políticas

indigenistas no Estado brasileiro, partindo da sua compreensão sócio-histórica e conceitual. São apresentados, também, os resultados de uma pesquisa documental sobre o lugar das políticas indigenistas na legislação, tais como Saúde, Assistência Social, Previdência Social e Educação. O reconhecimento e a apropriação das políticas indigenistas devem ser reforçados no âmbito das estruturas estatais e também com profissionais operadores dos serviços públicos. A afirmação dos direitos indígenas exige a mobilização de diferentes segmentos da sociedade e a valorização do protagonismo dos indígenas *em movimento* para a luta cotidiana da defesa dos seus direitos como sujeitos políticos.

A **“Questão étnico-racial na Agenda de Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas”** é o quarto capítulo. Nele, as autoras partem da compreensão teórica sobre a questão étnico-racial, assim como sobre os reflexos do racismo estrutural no acesso aos direitos sociais, considerando as formas de sociabilidade impressas pela ordem do capital. Na sequência, discorrem sobre o ciclo do planejamento no âmbito das políticas públicas na área social, com ênfase nos processos de monitoramento e avaliação, considerando a incorporação da questão étnico-racial nesse processo e a importância dos espaços de participação e dos espaços democráticos, contribuindo, assim, com uma síntese provisória em relação à temática em pauta.

Na segunda parte, estão os autores e autoras que cruzamos nos caminhos da discussão da questão indígena, sejam os estudantes indígenas e egressos da UFRGS, sejam estudantes e pesquisadores/as de outras universidades e de diferentes áreas do saber, tais como Serviço Social, Psicologia, Sociologia, Políticas Públicas, Antropologia e Direito, bem como indigenistas da FUNAI e militantes do observatório indigenista.

No quinto capítulo, **“Armadilhas Institucionais e Retrocessos Sociais para os Povos Indígenas no Brasil: como 1988 permitiu 2019?”**, os autores da área do Direito analisam duas alterações legislativas que tiveram andamento no ano de 2019, com impacto direto sobre as comunidades indígenas: a proposta de emenda à Constituição n.6/2019 (Reforma da Previdência) e a proposta de emenda à Constituição n. 187/2016 (que autoriza atividades agropecuárias e florestais em terras indígenas). Os autores elencam as razões pelas quais as duas propostas de emenda à Constituição de 1988 afrontam as autonomias básicas dos povos originários, destacando que tais reformas retrocedem em relação ao percurso de construção de uma cidadania plena para essa população no Brasil. Também discorrem sobre o desenho institucional elaborado pela Constituição de 1988 para concretização dos direitos dos povos indígenas, com o objetivo de evidenciar a existência de armadilhas que, por concentrarem o poder em instâncias de decisão que não admitem a participação ativa daquelas comunidades, oportunizam que administradores públicos com agendas governamentais neoliberais violem direitos fundamentais desse campo social.

**“Partilhar para Reparar: tecendo saberes anticoloniais”** é o sexto capítulo, escrito a várias mãos, por psicólogas, psicanalistas, professoras, indígenas, negras e brancas, que somam suas teias de saberes e articulações para pensar um tema que é *muito antigo e muito atual ao mesmo tempo: a colonização*. Partem da compreensão de que, para reparar um dano histórico, é necessário iniciar por reconhecê-lo, nomeá-lo. E, em especial, no campo das políticas indigenistas, argumentam que é fundamental reconhecer não apenas a dimensão subalternizada das relações coloniais, mas também a dimensão hegemônica, motivo pelo qual

explicitam algumas das diferentes faces da colonialidade, sendo algumas delas o etnocídio e o epistemicídio.

No sétimo capítulo, **“Encontrando Formas de Pensar em Conjunto sobre a Educação, a partir de Diferentes Olhares”**, as autoras se apresentam como sendo *“três diferentes mulheres [...] cada par de mãos possui diferentes tonalidades”*, experiências, histórias, pesquisadoras com diferentes formações em cursos do ensino superior, com trajetórias e experiências bastante distintas em relação à universidade e às políticas afirmativas. Entretanto, essas diferenças lhes possibilitaram refletir sobre as possibilidades, as potências e os desafios das políticas afirmativas para o ingresso de estudantes indígenas no ensino superior. Trazem a compreensão do Êg jykre, comumente traduzido do idioma Kaingang para o português como conhecimento. Revelam suas experiências na educação superior e os modos de ser, viver e conhecer e as adversidades do território acadêmico. Defendem que é preciso ampliar o debate quanto à possibilidade de um diálogo intercultural em torno das políticas afirmativas, para um debate em torno das diferentes ciências.

O oitavo capítulo, **“Mulheres indígenas Kaingang: olhares, desafios e proposições sobre políticas de ‘gênero’”**, traz uma abordagem pela via reflexiva kaingang, propiciando um debate sobre gênero e violências em contextos indígenas, partindo das percepções, das experiências e, fundamentalmente, das vivências enquanto mulheres indígenas em diálogo (uma da Psicologia e duas do Serviço Social) com uma mulher não indígena (fóg), pesquisadora, mestre em educação e assistente social de uma Universidade Pública. Nessa perspectiva, buscaram problematizar os mecanismos de intervenção utilizados ou negligenciados pelo Estado no combate à violência contra a mulher Kaingang, além de proporem caminhos

metodológicos de enfrentamento que levem em consideração as vozes de a quem se destina a política de proteção.

No nono capítulo, intitulado **“Defesa de Direitos e o Atendimento nas Unidades Locais DA FUNAI”**, os autores socializam suas experiências de trabalho na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) enquanto agentes e gestores públicos da política indigenista estatal em um contexto de contradições no Estado nacional em relação aos povos indígenas e do próprio papel da FUNAI. Trazem aspectos com relação ao trabalho indigenista, que requer escuta, vínculo e vivência no cotidiano das aldeias para a realização de ações institucionais e para a atuação nas Coordenações Técnicas Locais (CTLs). Reafirmam que são experiências que requerem o comprometimento do servidor com os povos indígenas e a política indigenista. Trazem três situações demandadas nas CTLs subordinadas à CR Litoral Sul como exemplos de atuação em diferentes contextos e regiões, considerados como ações exitosas: 1) Projeto piloto *Yapó* de autoconstrução de casas Mbya Guarani, na Aldeia Tava’i, em Cristal/RS, acompanhado pela CTL de Porto Alegre; 2) A consulta livre, prévia e informada do Plano Básico Ambiental-Componente Indígena da BR 116, envolvendo nove comunidades indígenas acampadas entre os municípios de Guaíba e Pelotas, também acompanhado pela CTL de Porto Alegre; e 3) Caso de acusação de suposto estupro de criança indígena, com atuação da CTL da Região Sul de Santa Catarina.

O décimo capítulo, **“Observatório Indigenista na Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e no Registro Semanal dos Acontecimentos”**, traz o relato da experiência que vem sendo vivenciada no Observatório Indigenista pelos autores dessa reflexão. A atuação no indigenismo aproximou os três autores em torno da

necessidade de produzirem publicações acerca dos ataques que os Povos e Terras Indígenas vinham sofrendo após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016. A proposta inicial de publicações mensais em site ou revista eletrônica foi superada pela velocidade dos fatos que demandaram atividade semanal. Com isso, a tecnologia e a internet possibilitaram a publicação do Fórum Permanente sobre os Direitos Indígenas, denominado de Observatório Indigenista (2018), na plataforma YouTube, pelo método de transmissão ao vivo, com os participantes analisando a situação da Política Indigenista no Brasil e nos demais países. O Semanário gera o registro em vídeo das análises dos fatos ocorridos na semana envolvendo Povos e Terras Indígenas e segue registrando para a posteridade os acontecimentos e os possíveis futuros analisados diante dos fatos para, preferencialmente, desarmar as armadilhas opressoras que são geradas no cenário atual. Seguem, na caminhada, observando as Políticas Indigenistas e o respeito aos Direitos Indígenas no Brasil.

Assim, dirigimo-nos aos leitores e leitoras desta obra com o mesmo respeito que tivemos ao tratar a temática das políticas indigenistas, das violações sofridas e da resistência dos povos indígenas. Temos a convicção de que o protagonismo dos e das estudantes, pesquisadores e pesquisadoras indígenas, que aqui transformaram sua oralidade em escrita, assim como suas histórias, memórias e experiências, foi a razão de ser desta publicação. Para os autores e autoras não indígenas, a sensação de refletir e construir os conhecimentos aqui socializados ressignifica a nossa existência e os nossos referenciais epistêmicos.

Esperamos que sintam, aqui, aquela sensação que nos coloca a refletir, a compreender e a caminhar no encontro dos diferentes e suas reciprocidades, ou, como nos ensinam os povos indígenas,

*a diferença como algo complementar, algo que equilibre para vivermos bem. E, assim, seguimos, construindo conhecimentos, aprendendo com os povos e as lideranças indígenas com a sua capacidade de resistência, como também trazendo proposições e contribuições para pensarmos, na conjuntura atual do Estado brasileiro, as políticas indigenistas, que são, muitas vezes, contraditórias, mas que nos fazem lutar pela garantia de vida e pelas aspirações dos povos indígenas. #vidasindigenasimportam*

***Em tempos de pandemia, a nossa escrita é resistência!***

Outubro de 2020

As organizadoras.